

Líder defende anteprojeto

As críticas são ao que ele tem de bom", diz Cardoso

O líder do PMDB no Senado Fernando Henrique Cardoso - um dos relatores adjuntos da Comissão de Sistematização - condenou ontem durante o encontro da "Ala Esquerda" do partido a campanha que está sendo orquestrada contra a Constituição, no sentido de implodir o projeto apresentado pelo relator Bernardo Cabral. Ele afirmou que esta campanha que se faz contra a Constituinte "não é pelo que tem de ruim, mas pelo que tem de bom, em termos de avanços", alertando que a ala progressista do PMDB não pode ser elevada de roldão, tem de se articular, do contrário pode perder no voto.

"Por que querem derrubar agora, na Sistematização? Porque os que conhecem o Regimento sabem que quando ele cair em plenário precisam conseguir 281 votos para modificá-lo" - explicou o líder peemedebista, referindo-se às manobras que vêm sendo conduzidas pelo líder do governo, Carlos Sant'Anna, para aprovar na Comissão emendas modificativas de mérito, quando o regimento não permite a modificação do conteúdo do projeto antes de chegar ao plenário da Constituinte. "Nós que somos o setor do PMDB que pensa, e somos maioria, temos uma correlação de forças para desenhar uma Constituição que atenda a sociedade brasileira e que assegure os caminhos para uma transição democrática".

O comportamento do líder do governo, Carlos Sant'Anna, foi duramente criticado pelos participantes do encontro, que não aceitam a ingerência do governo Sarney nos trabalhos constitucionais. Para o deputado Waldir Pugliesi (PMDB/PR) a Assembleia Nacional Constituinte está se transformando em "Assembleia Nacional Prostituinte". Sem poupar os banqueiros "essa canalha

que não teve uma unha atingida até agora na Constituinte - o líder do governo é que foi o alvo de seus ataques". O senhor Carlos Sant'Anna, com esta pose demodê de nazista, não pode continuar mandando na Constituinte. Vamos uniformizá-lo, comprar-lhe um par de botas, uma farda e meter-lhe nas costas uma suástica, para que fique bem caracterizada a representação ilegítima do presidente José Sarney na Assembleia", desabafou, inconformado, sob os aplausos do plenário.

OTIMISMO

O ex-deputado João Gilberto em sua exposição, considerou, otimista, que o esboço da Constituição apresenta, apesar de "algumas coisas esquisitas", inúmeros avanços, sendo a Comissão da Ordem Econômica uma das únicas que representou um retrocesso total. "O que temos hoje é muito mais avançado do que tudo que existiu no processo constitucional brasileiro, o que precisamos é buscar uma coesão majoritária, que saibamos compor para melhorar o projeto em debate", disse.

Discordando de seu raciocínio, a deputada Cristina Tavares (PE), presidente dos trabalhos, disse que se o capítulo da Ordem Econômica não está bom, todo o resto do projeto também não presta. Para ela "o PMDB é a desgraça desta Constituinte, pois as grandes derrotas sociais foram patrocinadas justamente por parlamentares do partido, que irresponsavelmente, votaram contra o programa do PMDB". A deputada pernambucana revelou ainda que na fase de trabalhos das comissões o PMDB sempre ignorou que existe a palavra povo. "Talvez se ela fosse substituída pela palavra **people** fosse mais lembrada pelos seus representantes", satirizou Cristina Tavares.

Relatório de Cabral atrasa

O senador Afonso Arinos, presidente da Comissão de Sistematização, reuniu-se ontem com o relator Bernardo Cabral e alguns membros da comissão, entre eles Fernando Henrique Cardoso, Adolfo de Oliveira e José Inácio para uma primeira discussão sobre o grupo de mil e 300 emendas de "adequação", apresentadas pelos parlamentares. Parte delas poderá ser incorporada ao anteprojeto da Sistematização, pois não altera os princípios gerais ali contidos. Das 5 mil e 620 emendas apresentadas, 4 mil e 273 foram consideradas como de "mérito", isto é, alteravam os princípios do anteprojeto e não serão levadas em conta.

Hoje, Bernardo Cabral recebe de Arinos as emendas de adequação que foram aceitas. Até sábado que vem, dia 10, Cabral pode opinar sobre o material recebido. No domingo, 11, o presidente do Congresso Constituinte, Ulysses Guimarães, autoriza a publicação dos "avulsos" contendo o anteprojeto com as emendas. Na segunda-feira, 12, têm início a discussão e a votação do anteprojeto na Comissão de Sistematização, que dura cinco dias. Terminada essa fase, Cabral terá 48 horas para "arredondar" o projeto, que deverá chegar ao plenário do Congresso Constituinte no dia 20 deste mês. O último dia para apresen-

tação de emendas populares será no dia 16.

CONSENSO

A maior parte dos artigos da nova Constituição - cerca de 80 por cento - será decidida através de consenso entre os partidos se vingar o desejo de constituintes como o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e o deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ). Conforme Cardoso, só os pontos muito polêmicos ficarão com sua definição para as votações em plenário. O senador peemedebista acredita que esse consenso será a base para uma Constituição equilibrada, ou seja, que atenda da melhor forma possível as reivindicações da sociedade brasileira.

Ontem no Congresso falava-se, em tom de brincadeira, em um possível "Pacto de Brasília", assim chamado para comparar a grande negociação política com os "pactos de Moncloa", primeiro esteio da atual democracia espanhola. Humor à parte, Fernando Henrique Cardoso pareceu muito convicto ao defender que as grandes lideranças partidárias indiquem os principais rumos da nova Constituição. "Precisamos afinar as violas", disse ele. E completou: "Não se pode imaginar uma Constituição que não fixe normas para a reforma agrária ou para a uma política agrícola".



O senador Afonso Arinos chega ao Prodasen para a reunião com relatores

HAROLDO LIMA

"Vamos estatizar toda a economia nacional"

- O senhor considera um avanço ou um retrocesso o anteprojeto da nova Constituição?

- Considero que o anteprojeto apresentado pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, apresenta aspectos contraditórios. Nos direitos sociais e garantias individuais ele é progressista e contempla avanços significativos, como a estabilidade, a jornada de 40 horas, a ampliação da anistia, os dispositivos que garantem a apreciação judicial dos atos praticados pelo regime militar, a ampliação dos mecanismos de participação popular, além da definição de um novo sistema de governo, de feição parlamentarista, mais democrático que o atual.

Ao mesmo tempo, nas questões relativas aos princípios gerais de economia, a reforma agrária e as questões referentes ao sistema eleitoral e partidário, o anteprojeto é profundamente conservador e reacionário, chegando mesmo a ser mais retrógrado que a própria Constituição em vigor outorgada pelos militares. Exemplos disso são os artigos que instituem o voto distrital, criam restrições profundas para a livre atividade dos partidos políticos, definem um conceito entreguista de empresa nacional e impedem, na prática, a realização da reforma agrária e da democratização fundiária do País, revogando o próprio Estatuto da Terra.

De qualquer maneira, consideramos que o anteprojeto é resultado do trabalho realizado, até agora, pelos constituintes e não deve ser desprestigiado ou ridicularizado, como tentam fazer alguns setores. Embora seja limitado e insuficiente, o anteprojeto é fruto do trabalho constituinte e do regimento interno aprovado por nós. Ridicularizá-lo é fazer o jogo dos negativistas que querem tumultuar o processo e desconhecer o regimento para impor à Constituinte um substitutivo global patrocinado pelo Palácio do Planalto.

É favorável à definição de empresa nacional, tal como está formulado no anteprojeto?

- Não. A definição de empresa nacional incorporada pelo substitutivo é de um conteúdo deslavada-

mente entreguista. Apesar das sutis modificações introduzidas pelo relator, a fórmula predominante abre uma perigosa brecha para que qualquer empresa multinacional ou sua subsidiária possa ser considerada como empresa nacional. Além disso, a formulação proposta não contempla o conceito de controle do processo tecnológico para que uma empresa possa ser considerada como brasileira, vital à defesa de nossa soberania.

A estabilidade no emprego e a jornada semanal de 40 horas previstos no anteprojeto têm o apoio do senhor?

Somos inteiramente favoráveis à jornada de trabalho de 40 horas semanais, bem como à estabilidade no emprego. A jornada de 40 horas corresponde ao avanço da tecnologia moderna, amplia o mercado de trabalho e atende a uma antiga reivindicação do movimento sindical brasileiro. Ao contrário do que apregoam os representantes da direita, que consideram essa conquista um sonho utópico ou uma dádiva, ela representa, isto sim, uma vitória da classe operária e dos demais trabalhadores.

Qual o papel do Estado na economia?

O conceito de empresa estatal formulado pelo anteprojeto deixa muito a desejar. Na verdade, parece que se procura tratar os empreendimentos estatais como inimigos. Além de limitar a intervenção do Estado na economia, o ante-

projeto não explicita o princípio da propriedade estatal, dificulta a criação de empresas estatais e restringe a sua atuação. Desse ponto de vista, não nos parece ser uma formulação adequada.

Em um regime efetivamente popular o Estado deve controlar toda a economia, que precisa ser planejada em função dos interesses nacionais e populares. Num regime capitalista e dependente, como o nosso, consideramos que o Estado deve reforçar a sua participação na economia, atuando como agente planejador e produtor, para fazer frente aos grandes interesses dos grupos econômicos internacionais. A ação do Estado nos setores estratégicos da economia é fundamental para se garantir uma efetiva independência nacional. Quer limitar ou eliminar a participação do Estado na economia é o mesmo que entregar completamente as riquezas nacionais e o desenvolvimento de setores básicos da economia ao capital estrangeiro. Essa participação estatal não só deve ser mantida como ampliada.

Qual o modelo ideal de reforma agrária?

A reforma agrária, além de ser uma tradicional bandeira de luta do povo brasileiro e particularmente dos comunistas, é uma questão fundamental para a superação dos graves problemas econômicos vividos pelo País. A democratização da estrutura fundiária e a realização da reforma agrária são pontos vitais para a alteração do modelo econômico dependente e concentrador de renda em vigor no País. Nosso partido defende uma reforma agrária verdadeiramente antilatifundiária, com o estabelecimento de limites máximos para as propriedades rurais, a desapropriação imediata das terras improdutivas ou insuficientemente exploradas das terras onde existem conflitos fundiários; e das terras pertencentes ao capital estrangeiro. Além disso, defendemos que as indenizações pagas por essas desapropriações devam ser calculadas pelo valor médio declarado para fins de tributação nos últimos cinco anos e pagas através de Ttulos da Dívida Agrária resgatáveis ao fim de trinta anos.



Haroldo Lima